



PACÍFICO

As relações da UE com a região do Pacífico revestem aspetos políticos, económicos e de desenvolvimento. A UE é o segundo maior parceiro comercial da região do Pacífico e, em junho de 2018, foram iniciadas negociações com vista à celebração de acordos de comércio livre abrangentes com a Austrália e a Nova Zelândia. A UE tem uma parceria na região com os 15 Estados Insulares independentes do Pacífico, que incide no desenvolvimento, nas pescas e nas alterações climáticas, bem como parcerias com os quatro países e territórios ultramarinos e com o Fórum das Ilhas do Pacífico.

BASE JURÍDICA

- Título V (ação externa da UE) do Tratado da União Europeia (TUE);
- Títulos I-III e V (política comercial comum; cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária; acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);
- Acordo-quadro União Europeia-Austrália;
- Acordo de Parceria sobre as Relações e a Cooperação UE-Nova Zelândia (APRC)
- Acordo de Parceria entre o Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros (Acordo de Cotonou);

A UE E A REGIÃO DO PACÍFICO

A UE e a região do Pacífico mantêm relações de longa data, partilham valores e fortes laços económicos e comerciais. A UE instituiu parcerias com a Austrália, a Nova Zelândia, os 15 Estados Insulares Independentes do Pacífico, os quatro países e territórios ultramarinos (PTU) e o Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF).

A UE, a Austrália e a Nova Zelândia são parceiros com mentalidades similares e com valores e interesses comuns. A UE também desenvolveu relações estreitas entre os setores público e privado com ambos os países numa vasta pletera de domínios, tais como as alterações climáticas e a redução dos riscos de catástrofe, o comércio mundial assente em regras, a segurança e o desenvolvimento, bem como a investigação tecnológica e os direitos humanos.

A relação da UE com as Ilhas do Pacífico tem sido tradicionalmente baseada na cooperação para o desenvolvimento no âmbito da parceria entre a UE e os países



de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Nos últimos anos, esta relação alargou-se a outros setores, como o ambiente, a boa governação, a energia, as alterações climáticas, as pescas e os direitos humanos.

A. Austrália e Nova Zelândia

1. Austrália

A [União Europeia e a Austrália](#) têm uma parceria de longa data, que remonta aos anos 60. A base da atual relação é o [Acordo-Quadro de 2017 entre a União Europeia e a Austrália](#). Este acordo incide no diálogo político, nas questões de segurança, na cooperação internacional, na economia e no comércio, na justiça, na cultura e na educação, na energia e no ambiente. Embora esteja ainda pendente a ratificação do texto, o acordo tem sido aplicado provisoriamente desde outubro de 2018. Além deste tratado, a UE e a Austrália assinaram 19 tratados bilaterais e os diálogos bilaterais têm lugar com regularidade.

A Austrália é um parceiro comercial importante para a União Europeia. Em 2018, a UE era o segundo maior parceiro comercial bilateral da Austrália no que toca às mercadorias, representando um montante total de 47,5 mil milhões de euros. A Austrália é o 18.º parceiro comercial da UE e as principais categorias de exportação da UE são as máquinas, os produtos químicos e os produtos agrícolas. As principais exportações da Austrália para a UE são os minerais, as matérias em bruto e os objetos manufaturados. A UE e a Austrália estão a negociar um acordo de comércio livre para facilitar os intercâmbios comerciais entre as duas partes. O Conselho conferiu um mandato à Comissão em maio de 2018 e a primeira ronda de negociações teve lugar em Bruxelas, em julho de 2018. A segunda ronda foi realizada em novembro de 2018 e a [terceira](#) e mais recente ronda teve lugar em Camberra, Austrália, em março de 2019.

2. Nova Zelândia

As relações entre a UE e a Nova Zelândia são atualmente regidas pelo [Acordo de Parceria sobre as Relações e a Cooperação](#) (PARC), que foi assinado em 5 de outubro de 2016. Este acordo facilita um empenho bilateral mais eficaz, através do reforço do diálogo político e da intensificação da cooperação nos domínios económico e comercial, assim como num vasto leque de outros domínios, desde a inovação, a educação e a cultura à migração, passando pela luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada, a cibercriminalidade e a cooperação judiciária.

A UE é o terceiro maior parceiro comercial da Nova Zelândia, a seguir à China e à Austrália. Em 2018, o comércio bilateral de mercadorias entre a UE e a Nova Zelândia ascendeu a 9,5 mil milhões de euros. As principais exportações da Nova Zelândia para a UE consistiram em produtos alimentares e matérias-primas, enquanto as principais exportações da UE para a Nova Zelândia foram máquinas e equipamento de transporte. As duas partes estão atualmente a negociar um [acordo de comércio livre](#). Na sequência da aprovação pelo Conselho de um mandato para a UE, em 22 de maio de 2018, as negociações foram formalmente lançadas em 21 de junho de 2018. A primeira ronda de negociações decorreu de 16 a 20 de julho de 2018 e as duas partes chegaram a acordo na maior parte dos domínios de negociação. A segunda ronda teve lugar de 8 a 12 de outubro de 2018 em Wellington, Nova Zelândia. A terceira, e a mais



recente, realizou-se em Bruxelas, de 18 a 22 de fevereiro de 2019. A próxima ronda deverá ter lugar na Nova Zelândia, em maio de 2019.

B. Outros países do Pacífico

Os 15 Estados Insulares Independentes do Pacífico^[1] têm uma superfície total de 528 000 km² e fazem parte do grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). As relações da UE com os Estados Insulares independentes do Pacífico centram-se na cooperação para o desenvolvimento, nas pescas e nas alterações climáticas.

A estratégia da UE respeitante aos Estados Insulares Independentes do Pacífico consta da comunicação conjunta de 2012 intitulada «[Rumo a uma parceria para o desenvolvimento renovada entre a UE e o Pacífico](#)» e assenta no quadro do [Acordo de Cotonou](#) com os países ACP, que expira em 29 de fevereiro de 2020. Em outubro de 2016, o Parlamento Europeu aprovou uma [resolução](#) sobre o futuro das relações ACP-UE para além de 2020. Em dezembro de 2017, a Comissão apresentou ao Conselho uma proposta de diretrizes de negociação. A [posição](#) do Parlamento sobre as futuras negociações, adotada em 14 de junho de 2018, saudou a proposta da arquitetura global da futura cooperação entre os países ACP e a UE e reiterou a importância de reforçar a dimensão parlamentar da parceria. O Conselho adotou o mandato para a negociação do futuro acordo entre a UE e o grupo de países ACP em junho de 2018. Os países ACP adotaram a sua própria posição de negociação em 30 de maio de 2018. As negociações formais foram iniciadas em 28 de setembro de 2018 e a primeira ronda de negociações foi concluída em dezembro de 2018. As discussões têm de estar concluídas antes do termo do acordo, em 2020.

A UE é o [quinto maior parceiro comercial](#) da região do Pacífico, com trocas comerciais no valor de 1,5 mil milhões de euros em 2018. As negociações sobre um Acordo de Parceria Económica (APE) abrangente entre a UE e os Estados Insulares do Pacífico foram suspensas em 2015, na pendência de uma revisão da gestão dos recursos haliêuticos do Pacífico. Entretanto, [UE tem um Acordo Provisório de Parceria Económica com a Papua-Nova Guiné e as Ilhas Fiji](#), que foi ratificado pelo Parlamento Europeu em janeiro de 2011. A Samoa concluiu recentemente o seu processo de adesão ao APE e começou a aplicar o acordo a título provisório em 31 de dezembro de 2018. As Ilhas Salomão apresentaram um pedido formal de adesão em 2018 e as negociações estão agora em curso. Também em 2018, Tonga declarou a sua intenção de aderir ao APE.

A UE é o terceiro maior doador de [ajuda ao desenvolvimento](#) aos países ACP do Pacífico, a seguir à Austrália e ao Japão. O [Fundo Europeu de Desenvolvimento](#) (FED) é o principal instrumento de apoio da UE à cooperação para o desenvolvimento no âmbito do Acordo de Cotonou. O financiamento destinado aos países ACP do Pacífico e aos quatro PTU da região para o período 2014-2020 ao abrigo do 11.º FED eleva-se

[1] Os 15 Estados Insulares Independentes do Pacífico são: Fiji, Papua-Nova Guiné e Timor-Leste, que, em conjunto, representam 90 % do território e da população da região, e 12 Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ou seja, as Ilhas Cook, Quiribáti, os Estados Federados da Micronésia, Nauru, Niue, Palau, as Ilhas Marshall, Samoa, as Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.



a cerca de 800 milhões de euros. Os fundos do 11.º FED são complementados por uma série de programas temáticos ao abrigo de diferentes instrumentos de financiamento.

Os Estados Insulares Independentes do Pacífico enfrentam desafios significativos em termos de desenvolvimento e de alterações climáticas. No que se refere às alterações climáticas, a UE e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico apoiaram a celebração do Acordo de Paris, ambicioso e global, na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21), em 2015. A 23.ª sessão (COP23), que decorreu em Bonn, Alemanha, de 6 a 17 de novembro de 2017, foi presidida pelas Fiji.

O Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), um agrupamento político de 18 membros, é um interlocutor da UE para o financiamento do desenvolvimento e as negociações comerciais. Este agrupamento inclui: a Austrália, as Ilhas Cook, os Estados Federados da Micronésia, Fiji, Quiribáti, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, as Ilhas Marshall, Samoa, as Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Nova Caledónia e Polinésia Francesa. A Nova Caledónia e a Polinésia Francesa, bem como as Ilhas Pitcairn e Wallis e Futuna constituem os quatro países e territórios ultramarinos (PTU) da UE na região.

O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU

As relações do Parlamento Europeu com os parlamentos da Austrália e da Nova Zelândia remontam a 1979, ano em que foi criada a [Delegação para as Relações com a Austrália e a Nova Zelândia \(DANZ\)](#). Desde então, a DANZ participou em reuniões interparlamentares regulares com os parlamentos da Austrália e da Nova Zelândia, para promover as relações com ambos os países e debater questões de interesse comum, como a agricultura, a energia, o ambiente e as alterações climáticas, o desenvolvimento e a cooperação económica, a ciência e a tecnologia, o comércio, a promoção da segurança global e regional na região da Ásia-Pacífico, a luta contra o terrorismo e os direitos humanos. A [39.ª reunião interparlamentar UE-Austrália](#), e a mais recente, teve lugar em Sydney e Brisbane, em outubro de 2018. A [22.ª reunião interparlamentar UE-Nova Zelândia](#) foi realizada em Wellington e Auckland, em fevereiro de 2018.

O Parlamento Europeu está representado nas suas relações com os outros países do Pacífico pela [Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE \(DACP\)](#). O DACP junta-se ao seu homólogo ACP na Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (APP ACP-UE), que é composta por igual número de representantes da UE e dos países ACP. A principal tarefa da delegação consiste em preparar as reuniões da APP ACP-UE, avaliar e acompanhar as atividades do Parlamento Europeu, organizar reuniões com personalidades de alto nível dos países ACP e debater questões atuais relacionadas com a aplicação do Acordo de Cotonou. A [37.ª sessão](#) da APP ACP-UE realizou-se em Bucareste (Roménia), em março de 2019 e a próxima sessão terá lugar no Ruanda, em dezembro de 2019.

Flavia Bernardini
10/2019

